



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1009632-28.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Multas e demais Sanções**
 Impetrante: **Aline da Rocha Constante**
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Aline da Rocha Constante** contra ato da **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos**, figurando como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN**.

Aduz a impetrante que é devidamente habilitada como condutora de veículo automotor, nos termos da Lei 9503/97, instituidora do Código de Trânsito Brasileiro, na condição de Permissionária, estando sua Permissão Para Dirigir vencida desde o mês de julho de 2016 e que, ao tentar a concessão da Carteira Nacional de Habilitação definitiva, foi informada de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, em decorrência de pontuação referente ao artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja, "Deixar de Efetuar o registro do Veículo no Prazo de 30 (trinta) dias", o que entende ser ilegal, uma vez que a mencionada infração não foi de conduta, mas meramente de cunho administrativo.

Liminar foi concedida a fls. 18/19.

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 29).

A autoridade coatora prestou informações a fls. 30/32, que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 33/35, alegando que a impetrante cometeu infração de trânsito, de natureza grave, durante o período de validade da Permissão Para Dirigir, o que não atende à condição prevista no artigo 148, §3º do CTB e que não se trata de bloqueio de CNH, mas de não concessão da CNH, não sendo o caso, portanto, de instauração de processo administrativo. Tratando-se de ato vinculado, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a CNH definitiva, de outro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação. Finaliza dizendo que a liminar foi cumprida e que a impetrante obteve sua habilitação definitiva, com validade até janeiro de 2020, sendo incluída, porém, uma anotação em seu prontuário para que, na hipótese de revogação da antecipação da tutela, sejam possíveis as medidas cabíveis.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

39).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Sustenta a impetrante que cometeu apenas infração administrativa, que não se enquadra dentre aquelas que podem e devem ensejar a inserção de pontuação nos prontuários.

De fato, a infração cometida pela impetrante, embora classificada como grave pelo Código de Trânsito Brasileiro, possui natureza meramente administrativa, não se relaciona com a segurança de trânsito e não o atinge como motorista e sim como proprietário do veículo.

O período de 01 (um) ano para o qual é concedida a permissão para dirigir, conforme estabelece o artigo 148, §3º do CTB, submete novos condutores à prova de sua efetiva aptidão, servindo como avaliação da capacidade prática e respeito à legislação e a condição ali estabelecida, "desde que não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média", objetiva a concessão de habilitação definitiva a quem efetivamente tenha condições de conduzir veículo automotor com segurança.

No entanto, no caso específico dos autos, é de se reconhecer a natureza meramente administrativa da infração, não sendo possível alcançar de que forma atuaria na segurança no trânsito e/ou na formação do condutor, até mesmo porque a penalidade prevista no artigo 233 do CTB é dirigida ao proprietário do veículo.

Assim, observadas as circunstâncias do caso em exame, não nos parece razoável impedir o autor de obter a habilitação definitiva em razão de falta administrativa que não guarda qualquer relação com a segurança do trânsito, não impondo nenhum risco à coletividade.

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, pois é direito dele obter sua Carteira Nacional de Habilitação definitiva, uma vez que preenchidos os requisitos legais.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para convalidar a liminar e, assim, determinar que não seja aplicada sanção administrativa em razão de pontuação referente ao artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro.

Observo que descabe aplicação de multa porque eventual descumprimento da ordem judicial acarreta outra ordem de consequência.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P I

São Carlos, 28 de novembro de 2016.